

Sybil Condi Sampaelli

1/68

SECRETARIA DA EDUCAÇÃO
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO
Chefia do Ensino Primário

1968 (janeiro)

CURSO
ACS
ORIENTADORES
PEDAGÓGICOS

9

A VALIDAÇÃO DOS OBJETIVOS EDUCA-
CIONAIS

SMITH, STANLEY SHORES

Tradução de Heloisa Moreira de
Souza

"Fundamentals of Curriculum Development", por
Smith, Stanley Shores

Trad. Prof.^a Heloisa Moreira de Souza

A Validação dos Objetivos Educacionais

Os objetivos da educação derivam-se da cultura. Uma vez que a cultura consiste em idéias, métodos de raciocinar, habilidades, atitudes, instituições e outros aspectos do ambiente criados pelo homem, quaisquer objetivos que a escola tentar atingir serão reconhecidos como desejáveis dentro do sistema cultural ao qual a escola pertence. Numa cultura altamente integrada, um grande número de crenças são "universalmente" aceitas.

Em tal cultura, haverá relativamente poucas coisas sobre as quais as pessoas discordam. Os objetivos educacionais serão claros, e as pessoas, como um todo, concordarão a seu respeito. Numa cultura altamente complexa, na qual as crenças comuns "universalmente" aceitas são poucas comparando-se com o número de elementos variáveis, encontrar-se-á uma grande diversidade de crenças sobre quase todo tópico de discussão. Nesse estado de coisas, os objetivos da educação estão sujeitos a controvérsia.

A sociedade americana é altamente diversificada. Poucos aspectos significativos dessa cultura são aceitos por todo o povo, e em nenhum ponto isso se torna mais evidente do que com respeito aos objetivos educacionais. Se todos os objetivos que têm sido sugeridos por indivíduos e grupos sociais pudessem ser realizados num programa educacional de 12 anos, e se esses objetivos fossem compatíveis uns com os outros, seria necessária pouca seleção, talvez nenhuma. Infelizmente, nenhuma dessas condições existe. É impossível organizar e dirigir a escola de tal forma que atinja a todos os objetivos apresentados na literatura de educação. E isso seria imprudente, pois as listas de objetivos são frequentemente incompatíveis ou mesmo contraditórias, e qualquer tentativa de atingi-los indiscriminadamente resultaria no ensino de idéias, atitudes e formas de comportamento contraditórias. O planejador de currículo necessita, portanto, alguma diretriz satisfatória para decidir sobre os objetivos a serem atingidos pelo programa educacional.

A fim de escolher entre objetivos, o planejador de currículos exige critérios que são compreendidos e utilizados igualmente por todos aqueles que estão envolvidos no planejamento de currículo. Tais critérios abrangerão as condições que os objetivos precisam satisfazer para serem considerados válidos. Para que os objetivos educacionais propostos sejam considerados bons precisam:

1. Ser concebidos em termos das exigências sociais;
2. Conduzir à satisfação das necessidades humanas básicas;

cas;

3. Ser coerentes com os ideais democráticos;
4. Ser coerentes ou não-contraditórios em suas relações uns com os outros;
5. Permitir a redução a termos behavioristas. (+)

Esse capítulo tenta tornar explícitas as condições exigidas por esses critérios.

1. O Critério da Adequação Social

Uma vez que os objetivos de um programa educacional derivam-se da cultura, serão sempre relacionados, até certo ponto, às condições sociais enfrentadas atualmente por um povo, ou àquelas que foram enfrentadas no passado. Numa sociedade que está passando por mudanças pequenas ou não fundamentais, os objetivos geralmente são intimamente relacionados com as condições do momento. Contudo, quando uma sociedade entra num período de grande mudança cultural, as idéias e práticas sociais tendem a deixar rapidamente para trás novos modos de agir, enquanto que objetivos educacionais dos tempos anteriores permanecem no novo período. Quando isso acontece, a escola tenta educar as pessoas em modos de pensar e agir que pertencem a uma época passada. Contudo, os velhos objetivos não são mais válidos.

COMO SE RELACIONAM OS OBJETIVOS E AS CIRCUNSTÂNCIAS SOCIAIS

O modo pelo qual os objetivos da educação ficam invalidados pode ser ilustrado por um exemplo no campo da linguagem. Acredita-se geralmente que um dos objetivos da educação é desenvolver proficiência na língua materna. Contudo, a proficiência na língua materna será definida de modo bem diferente de uma fase cultural para outra, dependendo de como se concebe a função social da língua. A concepção de proficiência da língua que hoje domina o programa educacional desenvolveu-se nos séculos XVIII e XIX, provinda de esforços dos gramáticos para padronizar o uso do inglês e desenvolver a elegância de expressão, e das exigências feitas à língua naquele tempo. A função principal da língua, exceto a comunicação face a face, era possibilitar a correspondência pública, comercial e particular. O telefone e o rádio não existiam e as estradas-de-ferro e outros meios de transporte atuais não tinham ainda concentrado as pessoas em grandes centros urbanos, onde a necessidade da língua como instrumento de controle social e deliberação de grupos torna-se mais crucial.

Durante o século XIX, eram comuns os debates públicos, pois o debate era um instrumento social útil. Com o advento do rádio, da TV, a melhoria dos transportes e dos métodos de publicação e distribuição de material de leitura, o debate foi suplantado por fóruns, discussões, mesas-redondas e entrevistas. Determinar objetivos relacionados à técnica de debate é aprovar o currículo de "pegar o peixe com as mãos", após a descoberta do redes. (++) Entretanto, o debate continua a ser ensinado nas escolas públicas e todo ano são escolhidos os campeões de debate em cursos estaduais. Os objetivos resultantes dessa ênfase na instrução não são sólidos em termos do critério de educação social.

(+) Gale E. Jensen, Methodology and Criteria for the Validation of Educational Aims. Doctor's Dissertation, U. of Illinois, 1948.

(++) The Saber Tooth Curriculum, pag. 33-35.

Durante os séculos XVII e XVIII desenvolveu-se a idéia de que a facilidade para linguagem, especialmente a relacionada com sutilezas de expressão, era marca de prestígio social, uma vez que indicava boa educação. A ênfase atual no estudo da gramática e do desenvolvimento do estilo literário surgiu nesse período, quando as escolas existiam principalmente para as classes mais altas, e quando os requintes de expressão eram considerados característica essencial do homem instruído. Quando a facilidade na língua-materna é definida nestes termos hoje em dia - e infelizmente isso acontece com freqüência - há motivos para se indagar se esse objetivo leva em conta as realidades sociais.

Hoje, as condições sociais são muito diversas das dos séculos XVII, XVIII e XIX. As escolas agora destinam-se às massas; a quantidade de correspondência pessoal reduziu-se, graças aos desenvolvimentos tecnológicos da comunicação; aumentou o número de secretárias e estenógrafas e estas assumiram muitas responsabilidades da escrita que antigamente pertenciam ao correspondente; os meios de comunicação à massa desenvolveram-se velozmente. Multiplicaram-se os grupos ocupacionais e sociais que, representando interesses especiais e achando-se em conflito a respeito de normas sociais, recorrem, ao uso da língua em situações de grupo para resolver as suas diferenças. Essas são realidades sociais novas que exigem uma redefinição da proficiência da língua como um objetivo educacional. Só quando novas habilidades linguísticas forem desenvolvidas e as velhas reconstruídas - para satisfazer as exigências linguísticas das condições sociais atuais, poderá o objetivo da proficiência da língua ser socialmente válido.

O CONHECIMENTO DAS REALIDADES SOCIAIS NÃO GARANTE OS OBJETIVOS VÁLIDOS

O conhecimento do estado atual das coisas não significa, necessariamente, que os objetivos formulados na base desses fatos serão socialmente adequados. Os planejadores de currículo, às vezes, procuram evitar os perigos que vêm na sociedade de hoje apelando para ideais e virtudes que acreditam eternos, ou pertencentes a um período histórico superior ao atual. Embora os representantes desses pontos de vista façam, às vezes, análises agudas e fiéis da situação social, os objetivos educacionais que propõem estão mais enraizados em pontos de vista, concepções e crenças pertencentes a um período histórico anterior do que às realidades do presente.

Frequentemente essa crítica se aplica com mais força - ainda aos objetivos formulados por pessoas que, de forma alguma, partilham das opiniões teóricas daqueles que apelam ao passado ou à verdade eterna. Nesse caso, os fatos sociais são cuidadosamente considerados, mas os objetivos propostos como resultado são precisamente os que foram propostos pelo programa educacional de geração passada - domínio completo das matérias convencionais, ênfase sobre as "habilidades fundamentais", ênfase sobre a apreciação de literatura, ênfase sobre questões gramaticais e ênfase sobre as virtudes de honestidade, veracidade, diligência, economia e responsabilidade. Essa reação às realidades sociais do presente se recomenda menos ainda do que a posição dos que apoiam suas reivindicações sobre a verdade eterna ou superioridade do passado. Pois esses últimos têm, ao menos, uma teoria bem formulada sobre a vida e a educação para sustentá-los. Ao contrário, aqueles que não podem conceber melhor reação às transformações sociais que se processam agora do que fazer o que já está sendo feito, raramente têm uma justificativa da sua posição digna de consideração.

Exemplos de Objetivos que satisfazem o Critério de Adequação Social.

O objetivo dessa discussão não é apresentar os alvos da educação, mais sim indicar os critérios pelos quais esses alvos podem ser avaliados. Para fins ilustrativos, contudo, é relevante indicar um objetivo que tome na devida conta as transformações sociais de hoje. Foi mostrado em capítulos anteriores que, devido ao impacto da ciência e da tecnologia sobre o sistema cultural, os incentivos sociais, as sanções sociais e os sistemas de vida tradicionais romperam-se e os homens, em consequência, ficaram confusos quanto às direções sociais. Os velhos padrões de conduta sofreram um colapso em quase todos os aspectos da sociedade, de forma que é difícil, se não impossível, saber, em situações sociais concretas, exatamente o que se deve fazer. Num conflito entre os interesses do trabalhador e os interesses da administração, um indivíduo deve permanecer neutro? Deve ser a favor do trabalhador? Ou deve ser pela administração? Na luta entre nações dever-se-ia considerar a disposição para o entendimento como soberania nacional? Ou dever-se-ia fortalecer as forças do nacionalismo, sendo favorável a exércitos maiores e outros meios de aumento da potencialidade guerreira? Ou dever-se-ia apoiar ambas as alternativas? O modo pelo qual se responder a essas questões dependerá, em larga escala, do tipo de alvos sociais que se considerar desejáveis e, em igual medida, da crença que se tenha na eficiência das diferentes medidas para se obter esses alvos. Segue-se daí que, se estivermos confuso a respeito do tipo de sociedade possível e desejável, estaremos incertos quanto às medidas a serem tomadas.

São perguntas como essas que perturbam o homem moderno. O que deveria a escola fazer para ajudá-lo a lidar com essas perguntas? Se a escola tentar ensinar as velhas respostas e os velhos padrões de julgamento, falhará em proporcionar-lhe ajuda genuína, uma vez que foram as velhas respostas e padrões que não o ajudaram. O homem está em dificuldades, não porque fracassou em aprender as respostas e princípios de conduta tradicionais, e sim porque as condições dentro das quais eles eram eficazes e válidos desapareceram. É claro que a escola não pode ensinar-lhe novas respostas e novos padrões, pois estes estão em formação. Pode ajudá-lo, contudo, a descobrir quais são os fatos e a perceber quais os valores que estão em jogo. Pode ajudá-lo a construir um conjunto de valores e alvos sociais através dos quais possa julgar quaisquer respostas que sejam propostas de tempos em tempos. E a escola pode e precisa ajudá-lo a adquirir não só disciplina em um método de pensar pelo qual as dificuldades possam ser resolvidas pacificamente, mas também lealdade a este método.

Raramente a escola tenta ajudar meninos e meninas; homens e mulheres, a pensar no tipo de futuro que deveriam construir para si, não como indivíduos, mas como povo. Nos tempos passados, isso não era tão essencial; entretanto, num período de mudança social e numa sociedade na qual os homens se governam, negligenciar essa importante tarefa educacional é propiciar a catástrofe social.

2. O Critério das Necessidades Humanas Básicas

Está bem estabelecidos por biólogos, psicólogos e antropólogos culturais que o homem procura manter-se num estado de equilíbrio pois a ausência de equilíbrio dá origem a um impulso. Por exemplo, um desequilíbrio chamado fome dá origem a

atos que conduzem ao descanso e à conseqüente restauração da energia neuro-muscular. Aquilo que existe para restaurar o equilíbrio é geralmente denominado necessidade. Certos desequilíbrios e os objetos de restauração correspondentes são encontrados entre homens de tôdas as culturas. Estes são chamados "impulsos básicos", ou, mais freqüentemente, "necessidades básicas". Entre as necessidades básicas que foram identificadas estão o alimento, o sexo, a habitação, a proteção, o desenvolvimento, a higiene, o movimento e o reconhecimento social.

Dois tipos de necessidades: básicas e derivadas.

Um sistema cultural é um modo determinado no qual os seres humanos se organizam e desenvolvem atividades para satisfação das suas necessidades básicas. A satisfação dessas necessidades exige uma grande variedade de materiais, processos, formas de comportamento e instituições sociais. Essas coisas e atividades que vieram a ser usados nos processos de satisfazer as necessidades básicas são, elas próprias, consideradas necessidades. São chamadas "necessidades derivadas" para distingui-las das básicas. Por exemplo, o alimento é uma das necessidades básicas. Mas, ao obter alimento, as pessoas desenvolvem a agricultura e meios de tratar e conservar os alimentos. Além disso, desenvolvem métodos para a sua distribuição e modos complicados de preparar, servir e comer os alimentos. Um indivíduo, portanto, tem muitas necessidades derivadas dessas atividades. Ele desenvolve necessidades derivadas tais como a necessidade de conhecimentos e habilidade na área da agricultura, necessidade de utensílios agrícolas etc.. Esses tornam-se objetivos indispensáveis à sua existência social.

À medida que um indivíduo amadurece, adquire uma estrutura pessoal condicionada pela posição que ocupa no sistema social. Entre os elementos dessa estrutura figuram os gostos, preferências e antipatias, aspirações, desejos, habilidades e conhecimentos, todos exercendo influência direta sobre o que o indivíduo necessitará num dado momento. Algumas necessidades derivadas variam de um grupo social ou compartimento da sociedade para outro. Um indivíduo pode sentir a necessidade de se proteger através de habilidade na luta corporal, ou do uso de revólveres e outros instrumentos de violência. Com efeito, ele pode, como no caso do "gangster", considerá-los como meios de ganhar a vida e adquirir um "status" favorável entre os seus iguais. Noutro grupo social, o indivíduo pode proteger-se pela habilidade nos métodos de fazer negócios e pelo acúmulo de riquezas. Outras necessidades derivadas, contudo, encontram-se mais disseminadas numa sociedade do que em determinado grupo particular ou nível social. Na sociedade americana, o indivíduo precisa ter um emprego, sem o qual ele será incapaz de comprar alimento; precisa cozinhar o alimento, e essa necessidade, por sua vez, exige que ele tenha uma cozinha e os acessórios que geralmente existem numa cozinha americana.

Tais necessidades derivadas são freqüentemente tão imperativas na vida do indivíduo quanto as necessidades básicas. A necessidade de determinado modelo de vestido para determinada ocasião pode ser mais imperativa para uma mulher do que a necessidade de proteção física ou alimento. Entretanto, é uma necessidade altamente derivada, que é provavelmente composta de duas necessidades básicas: conforto físico e reconhecimento social.

Como os Objetivos se Relacionam com as Necessidades Básicas.

Embora todos os objetivos educacionais se baseiem, em última-análise, sobre alguma concepção das necessidades humanas, há dificuldades práticas na utilização das necessidades básicas para

validar os objetivos educacionais. Os objetivos freqüentemente se relacionam com as necessidades básicas apenas por uma longa e tênue corrente de fatores culturais. Consideramos, por exemplo, o objetivo "ensinar às crianças a ortografia das palavras mais comuns da sua língua materna". De que forma esse objetivo se relaciona com as necessidades básicas dos indivíduos? Às vezes, afirma-se que as pessoas precisam aprender ortografia a fim de conservar um emprego e obter promoções que as habilitem a elevar seu padrão de vida. Tal asserção pareceria fundamentar-se numa conexão direta entre objetivo "escrever corretamente - as palavras mais comuns" e a necessidade básica de alimento, vestuário e abrigo, uma vez que é preciso um emprego para satisfazer essas necessidades. Mas essa conexão de forma alguma é estabelecida. Há muitas pessoas que têm bons empregos e não sabem escrever certo. Realmente, seria possível que a habilidade de para a ortografia e a renda pessoal mantivessem pouca relação uma com a outra.

Afirma-se muitas vezes que a habilidade para escrever corretamente as palavras usadas é essencial à comunicação eficiente, e que a comunicação é necessária à manutenção da vida comum, através da qual as necessidades básicas são satisfeitas. Mas esse argumento está sujeito a sérias objeções. Em primeiro lugar, nenhuma prova científica existe para mostrar que a habilidade para escrever de acordo com os padrões estabelecidos na escola seja exigida para a comunicação escrita eficiente. De fato, é evidente na experiência quotidiana que muitos indivíduos, em todas as posições da vida, escrevem errado palavras que aparecem na lista de palavras mais comuns. Contudo, esses indivíduos não parecem ter dificuldades na correspondência escrita. Os erros oriundos de uma falha de comunicação raramente são causados por deficiência de ortografia.

Alguns estudiosos do ensino da linguagem afirmaram que a ortografia tem pouca relação, seja com os meios de ganhar a vida, seja com a comunicação; entretanto, está íntima e historicamente relacionada com o "status" social. Os que advogam tal posição salientam que a ênfase sobre a ortografia originou-se quando a educação formal estava, em grande parte, limitada às classes mais altas e a facilidade de linguagem era o sinal primordial de um homem preparado. Naquele tempo, a ligação entre o "status" social e a necessidade básica de reconhecimento social era curta e direta. É possível que essa noção de educação, com seus natizes de classe social, tenha subsistido no período atual de educação às massas. Assim, a ortografia é ensinada, não como um instrumento de comunicação, e sim como um sinal de distinção social. Essa conclusão recebe algum apoio do fato de que uma pessoa que escreve errada uma palavra não pense que a sua expressão será mal compreendida, e sim que será considerada sem preparo. O mesmo raciocínio pode ser aplicado com a mesma força aos outros objetivos do ensino de língua pátria. Difícilmente pode-se contestar que um grande número de pessoas ainda respeita a habilidade na ortografia como sinal de uma pessoa instruída; pela mesma razão, mesmo os que estão nos níveis sociais mais baixos ao menos fingem acreditar na importância da ortografia.

O que acontece então à relação entre a ortografia como um objetivo educacional e as necessidades básicas das pessoas? A análise anterior tornou evidente quão indireta e tênue é a conexão entre as necessidades básicas e os objetivos. Também expôs o fato de que, numa sociedade composta de diferentes camadas sociais, certo objetivo pode estar relacionado às necessidades básicas das pessoas de determinado plano social e pode não estar relacionado a todas as necessidades básicas das

peças de outro plano. Por exemplo, é um fato incontestado que para os indivíduos que estão se preparando para ser secretários ou estenógrafos, a ortografia é essencial ao sucesso profissional e daí a realização da necessidade básica de alimento e proteção física. Mas quando essa necessidade derivada da ortografia é generalizada a fim de incluir todos os indivíduos, rompe-se a conexão entre o objetivo "ensino de ortografia" e as necessidades básicas. Além disso, pode ser que a habilidade de escrever corretamente esteja relacionada com a necessidade de "status" social, no caso de indivíduos das classes média e superior da sociedade americana. Conquanto a falta dessa habilidade possa ser um obstáculo, o sucesso nos negócios ou na profissão, a habilidade na conversação e certas qualidades pessoais são, geralmente, suficientes para que um indivíduo obtenha "status" e prestígio nessas classes, embora não escreva corretamente.

Alguns objetivos educacionais, contudo, relacionam-se com as necessidades básicas dos indivíduos independentemente de seu "status" social ou profissional. A disciplina no uso da língua como instrumento de resolver os problemas sociais com que os homens agora se confrontam, em qualquer direção da vida, é um exemplo de um objetivo da língua que toca a necessidade básica de alimento, habitação e preservação da própria vida. Tais objetivos exigirão, entre outras coisas, o ensino das habilidades no uso da língua que capacitarão o indivíduo a compreender os pontos de vista dos outros, a localizar e a definir os problemas que dividem os indivíduos, a descobrir pontos de comum acôrdo, e a usá-los em direção à resolução dos problemas. Parece ser razoavelmente certo que, a menos que os homens possam aprender a fazer tais coisas, sua necessidade básica de alimento e proteção dificilmente poderá ser suprida nas sociedades industrializadas e complexas de hoje.

Torna-se agora possível dizer os fatores que precisam ser considerados quando o critério das necessidades básicas é usado na validação dos objetivos educacionais:

1. O planejador de currículo precisa saber quais são as necessidades básicas, conforme descritas na literatura e pesquisas em sociologia, antropologia cultural, biologia e psicologia;
2. Precisa dispor dos fatos culturais que o capacitarão a estabelecer ligação entre as necessidades básicas e os objetivos que estão sendo avaliados;
3. Precisa descobrir se a relação entre as necessidades básicas e os objetivos é válida só para indivíduos que ocupam determinada posição social ou para todos os membros da sociedade, independentemente do "status" social.

3. O Critério dos Ideais Democráticos.

Toda classe social, em sua ascensão ao poder, constrói um sistema ideológico - um sistema de ideais sociais e sua racionalização - a fim de sustentar suas reivindicações e guiar seu esforço para a satisfação das necessidades humanas básicas. A ideologia do "ancien régime" francês racionalizou a superioridade das classes mais altas, o domínio dos reis e da nobreza e o "status" inferior das classes mais baixas. A ideologia comunista explica os objetivos e a estratégia das "classes trabalhadoras" em sua luta pelo poder contra as "classes proprietárias", que são consideradas como exploradoras dos trabalhadores. A ideologia fascista, em sua versão alemã, racionalizou a superioridade

de da "raça germânica" de um lado, e do outro a inferioridade das massas, tanto as germânicas como as demais. Apoiou um nacionalismo extremo, centralizado numa teoria de superioridade racial. A ideologia democrática, na sua forma moderna, mais recente, foi a suprema racionalização da classe média lutando para construir uma sociedade livre contra a resistência do "ancien régime". Mais recentemente, expandiu-se para incluir as relações econômicas e sociais dos homens, além de sua vida política.

Embora uma ideologia seja sempre o instrumento de uma classe social, raramente é racionalizada em termos de vantagens apenas para aquela classe social. Quase sempre os objetivos, métodos e relações sociais propostos pela ideologia são apresentados como os melhores para a humanidade, seja por causa de dividendos sociais universais seja porque a ideologia está em conformidade com as leis da natureza ou a vontade de Deus. Portanto, não é tarefa fácil demonstrar a superioridade de uma ideologia sobre outra, conquanto as crenças de uma pessoa possam levá-la a aceitar apaixonadamente um sistema ou outro.

Na maioria das regiões do Mundo Ocidental, acredita-se que a ideologia democrática é a melhor que o homem já foi capaz de imaginar. A justificação fática e teórica desta posição é muito longa e complicada para ser apresentada num livro sobre currículo. Em última análise, a discussão baseia-se na proposição de que o sistema democrático permite a realização de todas as necessidades humanas básicas mais completamente do que qualquer outra ideologia. Dum ponto de vista prático, contudo, o fato importante é que a ideologia democrática é a única que pode ser usada na validação dos objetivos educacionais nos Estados Unidos, pois é a única que o povo americano, assim como os professores americanos, aprovarão conscientemente.

Desde que a ideologia democrática represente os objetivos, métodos e relações sociais aos quais o povo americano é fiel, suas instituições sociais, orientação política e costumes são moldados, em larga escala, pelos ideais democráticos. Segue-se que os objetivos educacionais válidos terão de ser coerentes com a ideologia democrática, e que os objetivos que conduzem a modos de proceder incompatíveis com o sistema de valores democráticos não serão considerados válidos.

A ideologia democrática tem sido expressa de muitos modos diferentes, embora no fundo todas as formulações sejam similares. Já que seus elementos essenciais foram apresentados em capítulos anteriores, não é necessário repeti-los aqui, a não ser num resumo. Talvez não haja resumo melhor do sistema de valores democráticos do que a seguinte passagem, da autógrafa de um grande especialista em ciências políticas:

1. A dignidade do homem e a importância de tratar as personalidades numa base fraterna e não discriminatória;
2. O desejo de perfeição do homem, ou confiança no desenvolvimento, cada vez mais pleno à medida que o tempo avança, das possibilidades latentes na personalidade humana contra a doutrina de castas e classes fixas e sistemas escravizados;
3. As vitórias da civilização e das nações consideradas essencialmente como vitórias da massa - o produto do esforço nacional no tempo de guerra ou de paz e não os esforços de uns poucos;
4. Confiança no valor do consentimento dos governados expresso em formas institucionais, compreensões e hábitos como

a base da ordem, liberdade e justiça;

5. O valor de decisões tomadas por processos racionais, por deliberação geral, com as implicações, naturalmente, da tolerância e liberdade de discussão em vez de violência ou brutalidade (+).

Como se relacionam os objetivos e os ideais democráticos.

O problema de tornar válidos os objetivos, na medida em que afetam os valores democráticos, é o de determinar se os objetivos propostos conduzem ou não à realização desses valores para as massas. Alguns objetivos contribuem à realização desses valores; outros trazem pouca ou nenhuma contribuição ao seu desempenho; e outros ainda conduzem a atitudes e hábitos de conduta anti-democráticos. Ensinar a um indivíduo que o caráter humano é determinado por herança biológica é ensinar não só uma inverdade mas também uma noção não-democrática. Assim, se o caráter é determinado pela ação dos genes, a melhoria dos indivíduos torna-se impossível, e dá-se apoio à noção de que algumas pessoas são, por natureza, moralmente superiores a outras. Essas consequências são, ambas, contrárias ao princípio da democracia, que afirma, como objetivos morais, a capacidade de melhoria do homem comum e a igualdade dos homens. Naturalmente, os indivíduos variam com respeito à capacidade de adotar as atitudes e os padrões de comportamento do grupo social, e os limites de tal capacidade são, indubitavelmente, determinados pela hereditariedade. Contudo, o limite até o qual a capacidade de qualquer indivíduo se realizará, e o tipo de estrutura e caráter pessoal que ele formará, são determinados pela cultura e pela posição que ele ocupa na sociedade.

O ensino da ortografia e gramática possivelmente contribuirá pouco para a realização de ideais democráticos - exceto no caso de se exigir em tais habilidades de algumas pessoas para fins profissionais e portanto para o seu bem estar social, como no caso de professores e clérigos. Por outro lado, o domínio dos hábitos de pensar eficientemente, de ler e ouvir com espírito crítico, deve ser colocado bem alto na escala de objetivos que satisfazem os ideais democráticos. Pois a democracia baseia-se no princípio de que o homem comum será capaz de dirigir tanto os negócios públicos como os particulares, se tiver oportunidade de adquirir informações e aprender a pensar por si mesmo.

A aplicação do sistema de valores democráticos exige que o especialista em currículo domine os princípios da democracia e que determine com cuidado a relação dos objetivos com esses princípios. Os princípios da democracia são complexos, inter-relacionados e sujeitos a interpretações diferentes. Daí, segue-se que nenhum resumo desses princípios pode ser usado eficientemente na validação de objetivos educacionais por pessoas que não sejam profundamente versadas no seu desenvolvimento histórico, no seu significado e interpretação atuais nos aspectos político, econômico e social da cultura americana. Por exemplo, o tipo de argumentação que afirma ser o conhecimento de história essencial à realização de ideais democráticos (baseado na teoria de que precisamos conhecer o passado antes de poder compreender o presente) é o tipo de raciocínio frívolo que permite justificar qualquer coisa recorrendo-se à democracia. Antes que o estudo da história possa ser justificado pelo critério dos ide

(+) Charles E. Merriam, "What is Democracy?" (Chicago; University of Chicago Press; 1941), pag. 8.

ais democráticos, precisamos saber exatamente que aspecto do conhecimento histórico deve ser realçado, e exatamente como esse conhecimento será usado à medida que os homens se dirigem a uma realização mais completa dos objetivos democráticos. Qualquer coisa que não satisfaça completamente essas duas condições, não só com relação à história, mas a qualquer outro aspecto do programa educacional, levará à desmoralização desse critério no planejamento de currículo.

4. O Critério de Coerência e Não-Contradição.

Os objetivos educacionais relacionam-se não só aos critérios de necessidades humanas básicas, adequação social e ideais democráticos mas também uns com os outros. Podem ser neutros, coerentes, ou contraditórios em relação uns aos outros. Se um objetivo for neutro ou coerente com os demais, não é contraditório. Se um objetivo não se relaciona logicamente com outro objetivo, como o ensino da natação geralmente não se relaciona com o ensino da crítica literária, a relação é neutra. Grande número de objetivos educacionais são neutros dessa forma. Se um objetivo for logicamente compatível com os outros (como por exemplo ensinar que a cooperação é desejável é logicamente compatível com o ensinar modos de cooperar), a relação é coerente. Uma pessoa estará sendo guiada por objetivos incompatíveis se ensinar a um indivíduo que os trabalhadores e a administração são sócios, e deveriam portanto trabalhar juntos cooperativamente e, ao mesmo tempo, desculpar o emprego de métodos pelos quais um dos grupos pode explorar o outro.

A importância da Coerência Lógica dos Objetivos.

Em sociedade alguma, mesmo altamente integrada, a conduta de um indivíduo é sempre coerente. Os elementos de uma cultura nunca constituem um sistema lógico, nem são sempre totalmente ajustados e integrados uns aos outros. Numa cultura altamente integrada, contudo, o número de modos de proceder contraditórios é reduzido ao mínimo, cu então são insulados uns dos outros pela diferenciação social. Por exemplo, na sociedade rigidamente estratificada da Idade Média, onde a circulação de uma classe para outra era mais ou menos fechada, podiam existir regras de conduta e modos de proceder diferentes nas várias camadas sociais. As classes inferiores viviam de acordo com um conjunto de regras e as classes mais altas com outros, embora alguns princípios de conduta fossem compartilhados por todas as classes.

Mas numa sociedade como a da América de hoje, onde há mobilidade de pessoas de uma classe social para outra, e onde a comunicação entre as classes sociais e entre os grupos especializados se processa de hora em hora, os modos de proceder e normas de conduta das várias classes e grupos entram em conflito. O indivíduo então se torna confuso e incerto, torna-se mentalmente doente.

É verdade que a cultura americana é altamente compartilhada de forma que uma pessoa pode agir de acordo com um conjunto de regras na sua vida familiar, e de acordo com um conjunto oposto nas suas relações de negócios e profissionais; ou é possível seguir um conjunto de regras numa campanha política e outro, bem diferente, em sua vida particular. É também verdade que os indivíduos têm uma capacidade notável para abrigar princípios e modos de proceder contraditórios. Contudo, as condições modernas de mobilidade e comunicação social obrigam um número cada vez maior de pessoas a tomar consciência de idéias e ações incompatíveis. O fracasso na resolução dessas incoerências, a incapacidade para fazer funcionar a máquina industrial e os recursos

científicos no sentido de satisfação das necessidades humanas cuja cada vez mais em tensões sociais, desajustamentos pessoais e sofrimento humano.

É, portanto, importante que o especialista em currículo avalie os objetivos educacionais em termos de suas relações lógicas. É pouco provável que, em qualquer conjunto de objetivos, eles sejam completamente coerentes uns com os outros. De fato, qualquer conjunto de objetivos conterá muitos que são neutros em relação aos que são logicamente coerentes, e haverá alguns que realmente cairão em contradição com os que estão ligados logicamente. Mas isso não é motivo para desistir de limitar o número de objetivos contraditórios sempre que for possível. Numa sociedade que necessita um grau maior de integração cultural, as pessoas que selecionam objetivos educacionais sem considerar sua coerência interna estão sujeitos, dessa forma, a acentuar a tendência à desintegração cultural.

5. O Critério da Interpretação em termos de comportamento.

Os objetivos precisam também poder ser reduzíveis a termos que expressem comportamento. Com efeito, o significado de um objetivo não se torna claro enquanto não for traduzido em termos de comportamento real. Se o objetivo for desenvolver responsabilidade cívica, o significado deste objetivo não ficará claro enquanto não se definir responsabilidade cívica com referência a modos concretos de proceder em situações reais. Claro que é possível dizer, como se costuma, que um indivíduo está agindo com responsabilidade quando está cumprindo o seu dever, mas tal definição de responsabilidade é uma abstração verbal que pode significar praticamente qualquer coisa para qualquer pessoa. Pessoas que interpretam de modos bem diferentes esse objetivo podem parecer estar de acordo. Contudo, a maioria das formulações de objetivos estão nesse nível, o que provavelmente explica a observação humdrum de que os objetivos educacionais são como as resoluções que se tomam no Ano Novo.

Voltando ao significado "behaviorista" da responsabilidade cívica, o único meio de esclarecer o seu significado para a prática é defini-lo em termos de comportamentos a serem desenvolvidos. Sua definição tornaria então a seguinte forma: se uma pessoa faz isso, isto e aquilo em situações dêssa, dêste e daquele tipo, ele é cívicamente responsável. Por exemplo, se ele lê a respeito dos problemas controversos em todas as campanhas políticas, lê a respeito dos candidatos de cada partido, e vota no dia da eleição, ele está exercendo sua responsabilidade cívica. Entende-se, é claro, que um cidadão responsável exerça muitas outras funções além dessas. Essas poucas apenas ilustram a forma que os objetivos têm de tomar para serem claros e significativos. Objetivos tais como o desenvolvimento de personalidades integradas, a auto-realização, a independência de pensamento, a eficiência econômica, a habilidade para resolver problemas, o raciocínio crítico, a apreciação do lar e da vida de família, a apreciação da música e da arte estão sujeitos a serem compreendidos erradamente enquanto não forem reduzidos a definições de comportamento em situações concretas. Os objetivos que não podem ser postos em termos de comportamento humano não são válidos.

É possível que os objetivos sejam postos em termos de comportamentos a serem desenvolvidos que estão além da capacidade dos indivíduos em qualquer nível de crescimento. Se quisermos que um objetivo seja alcançável, precisamos reduzi-lo a definições de comportamento que os indivíduos de um certo nível de desenvolvimento sejam capazes de desenvolver. Ao determinar o objetivo do

raciocínio crítico em termos de comportamento, por exemplo, é necessário considerar a maturidade daqueles que vão ser ensinados. Isso significa que terão de ser levados em consideração os fatos referentes à capacidade dos meninos e meninas de diferentes idades para pensar criticamente. Os aspectos do pensamento crítico que parecem, à luz desses fatos, ser capazes de desenvolvimento num determinado nível, constituirão a definição "behaviorista" do pensamento crítico para alunos daquele nível.

6. A Aplicação dos Critérios.

Os esforços para aplicar os critérios anteriores sem uma consideração profunda dos fatos e valores que eles pressupõem levarão à seleção de objetivos não válidos. O uso desses critérios exigirá que o especialista em currículo se familiarize profundamente com o conhecimento ao qual se refere cada critério. O critério de adequação social, por exemplo, refere-se a condições sociais. A aplicação desse critério, portanto, exigirá que o especialista em currículo se familiarize com os diagnósticos sociais feitos recentemente por sociólogos competentes. De um estudo desses diagnósticos, ele chegará a compreender a cultura dos Estados Unidos e suas relações com as demais culturas; tomará conhecimento dos níveis de bem-estar existentes na sociedade americana e os efeitos desses níveis sobre os indivíduos; ele se capacitará a ver os modos pelos quais a cultura está mudando; chegará a ver como todos esses assuntos se relacionam aos objetivos da educação e, de modo correspondente, o que os objetivos precisam levar em consideração para serem socialmente significativos.

De modo semelhante, e na mesma medida, o especialista em currículo precisa compreender os ideais democráticos não só na forma histórica como na atual. Ele reconhecerá que apenas esse critério, entre os cinco sugeridos para a validação dos objetivos educacionais, oferece uma direção sócio-moral ao planejamento de currículo. De acordo com os outros critérios considerados isoladamente, ou em grupo, poderia o currículo tornar-se incompatível com as esperanças, sonhos e aspirações de longa data do povo americano. Uma consideração cuidadosa do critério dos ideais democráticos assegurará objetivos de acordo com o modo de vida democrático.

Além disso, o especialista em currículo precisa estar profundamente familiarizado com a literatura sobre necessidades humanas e precisa compreender as investigações socio-psicológicas sobre o desenvolvimento da criança e do adolescente.

O conhecimento de todos esses assuntos, contudo, só levará à confusão sobre os objetivos da educação se as pessoas envolvidas no aperfeiçoamento do currículo não se esforçarem, deliberadamente, para serem coerentes em sua lógica e claras quanto aos significados quando lidam com idéias ou com a expressão das mesmas idéias. Tornar os objetivos claramente compreendidos e válidos é um passo importante no desenvolvimento de um currículo. É um passo que requer muito mais estudo e cuidado do que é hábito no trabalho de currículo.

Sugestões para exercícios:

1. Escolha um objetivo de qualquer nível de um curso de uma escola primária ou secundária e tente mostrar de que forma ele se relaciona com uma necessidade humana básica, ou mais de uma. Você é capaz de seguir a cadeia de fatores culturais que ligam o objetivo à necessidade? Examine o mesmo objetivo aplicando o critério de adequação social e o critério de ideais democráticos.

2. Selecione um objetivo de qualquer área de estudos, e tente formulá-lo em termos behavioristas. Tente descrever o comportamento que este objetivo implica em determinada situação.
3. Selecione uma lista de objetivos gerais de um curso municipal ou estadual. Tente avaliar a lista aplicando os cinco critérios discutidos nesse capítulo.